



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEXTA CÂMARA

Processo nº. : 13897.000088/2003-15  
Recurso nº. : 139.956  
Matéria : IRPF - Ex(s): 2002  
Recorrente : JOSÉ ARNALDO DE OLIVEIRA NASCIMENTO  
Recorrida : 4ª TURMA/DRJ em SÃO PAULO - SP II  
Sessão de : 12 DE NOVEMBRO DE 2004  
Acórdão nº. : 106-14.333

**IRPF - PEREMPÇÃO** - O prazo para apresentação de recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes é de trinta dias a contar da ciência da decisão de primeira instância; recurso apresentado após o prazo estabelecido, dele não se toma conhecimento, visto que a decisão de primeira instância já se tornou definitiva, sobretudo quando o recursante não ataca a intempestividade.

Recurso não conhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por JOSÉ ARNALDO DE OLIVEIRA NASCIMENTO.

ACORDAM os Membros da Sexta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do recurso por perempto, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA  
PRESIDENTE

PAULA  
LUIZ ANTONIO DE PAULA  
RELATOR

FORMALIZADO EM: 06 DEZ 2004

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros ROMEU BUENO DE CAMARGO, ANA NEYLE OLÍMPIO HOLANDA, GONÇALO BONET ALLAGE, ARNAUD DA SILVA (Suplente convocado), JOSÉ CARLOS DA MATTA RIVITTI e WILFRIDO AUGUSTO MARQUES. Ausente, justificadamente, a Conselheira SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEXTA CÂMARA

Processo nº : 13897.000088/2003-15  
Acórdão nº : 106-14.333

Recurso nº. : 139.956  
Recorrente : JOSÉ ARNALDO DE OLIVEIRA NASCIMENTO

## RELATÓRIO

José Arnaldo de Oliveira Nascimento, já qualificado nos autos, inconformado com a decisão de primeiro grau de fls.11/14, prolatada pelos Membros da 4ª Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em São Paulo-SP-II, recorre a este Conselho de Contribuintes pleiteando a sua reforma, nos termos do Recurso Voluntário de fls 19/20.

Contra o contribuinte acima mencionado foi lavrado, em 12/12/2002, a Notificação de Lançamento, fl. 02, exigindo-se o recolhimento da multa por atraso na entrega da declaração de ajuste anual do exercício de 2002, ano-calendário 2001, no valor de R\$ 165,74.

O autuado irresignado com o lançamento apresentou tempestivamente em 22/01/2003, a sua peça impugnatória de fl. 01, onde se indispôs contra a exigência fiscal, requerendo que a mesma seja declarada insubstancial, com base, em síntese, nos argumentos, devidamente relatados à fl 12.

Após resumir os fatos constantes da autuação e as principais razões apresentadas pelo impugnante, os Membros da 4ª Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em São Paulo/SP-II, acordaram, por unanimidade de votos, julgar procedente o lançamento, nos termos do Acórdão DRJ/SPOII Nº 05.699, de 16 de janeiro de 2004, fls.11/14.

O impugnante foi cientificado dessa decisão em 19/02/2004 ("AR" – fl. 18), e, com ela não se conformando, impetrou, na data de 23/03/2004 (carimbo apostado à fl. 19), o Recurso Voluntário de fls 19/20, onde basicamente reitera os mesmos





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEXTA CÂMARA

Processo nº : 13897.000088/2003-15  
Acórdão nº : 106-14.333

argumentos já apresentados em sua peça impugnatória, acrescentando ainda, no que se segue:

- versa o presente recurso sobre a prescrição do direito da Receita Federal de cobrar o tributo em questão, visto que transcorreu um lapso temporal de 05(cinco) anos para que tal providência fosse tomada, conforme preceitua o caput do art. 174 do CTN;
- as firmas elencadas no ato administrativo estão inoperantes há mais de 15 anos, não podendo a Receita Federal neste momento exigir o pagamento de um crédito do não assiste razão em decorrência do prazo prescricional mencionado.

É o Relatório.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "D. J. S.", is placed next to the typed text above it.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEXTA CÂMARA

Processo nº : 13897.000088/2003-15  
Acórdão nº : 106-14.333

V O T O

Conselheiro LUIZ ANTONIO DE PAULA, Relator

*Em limine*, cabe ser observada a questão temporal, fundamental para a admissibilidade do recurso, sem esquecer-se da exigibilidade legal do arrolamento de bens, que no presente caso está dispensada uma vez que o valor total do crédito tributário é inferior a R\$ 2.500,00 (Instrução Normativa SRF nº 264, de 20 de dezembro de 2002, art. 2º, § 7º).

Por ser oportuno, há a necessidade de que seja trazido a lume o art. 33 do Decreto nº 70.235/72, que dispõe sobre o Processo Administrativo Fiscal, *in verbis*:

*"Art. 33. Da decisão caberá recurso voluntário, total ou parcial, com efeito suspensivo, dentro dos 30 (trinta) dias seguintes à ciência da decisão.*

Destaque-se ainda, as disposições do Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172/66, sobre a contagem dos prazos, em seu artigo 210, ei-las:

*"Art. 210 - Os prazos fixados nesta Lei ou na legislação tributária serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia de início e incluindo-se o de vencimento."*

*Parágrafo único. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição em que corra o processo ou deva ser praticado o ato."*

Conforme consta no Aviso de Recebimento – "AR" de fl. 18, o contribuinte foi cientificado da decisão da 4ª Turma da Delegacia da Receita Federal de



J.P. 19



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEXTA CÂMARA

Processo nº : 13897.000088/2003-15  
Acórdão nº : 106-14.333

Julgamento em São Paulo/SP-II, em **19 de fevereiro de 2004 (quinta feira)**. Logo, a contagem do prazo de trinta dias teve início no dia 20 daquele mês e ano. Considerando que o mês de fevereiro teve 29 dias, o termo final do prazo ocorreu em 20 de março de 2004 (sábado). Conseqüentemente, transferindo-se para o primeiro dia útil seguinte, dia **22 de março de 2004** (segunda-feira), uma vez que os prazos só se iniciam ou vencem no dia de expediente normal do órgão em que corra o processo (art. 5º, parágrafo único do Decreto nº 70.235/72).

Destarte, a data limite para a apresentação de sua peça recursal foi ultrapassada, eis que protocolizada somente no dia **23 de março de 2004**, conforme carimbo de recepção constante à fl. 19.

Logo, a reclamatória esbarra no texto legal, não produz qualquer efeito no âmbito administrativo, à luz do que dispõe o artigo do Decreto nº 70.235/72 - PAF acima transrito e o artigo 151 do Código Tributário Nacional, assim:

*"Art. 151 – Suspendem a exigibilidade do crédito tributário*

*(...)*

*III – as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo"*

Como se observa, há um período certo de tempo para que o contribuinte apresente o seu recurso contra decisão de primeiro grau. O seu não atendimento faz com que a instância superior não tome conhecimento das razões porventura esposadas, pois, aos olhos da lei, impedida estará de sobre elas manifestar-se.

O significa dizer que, consoante os dispositivos, a não apresentação da peça recursal dentro do prazo limite, estará, no âmbito administrativo, definitivamente encerrada a contenda, e, os efeitos produzidos pela decisão de primeiro grau não mais



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEXTA CÂMARA

Processo nº : 13897.000088/2003-15  
Acórdão nº : 106-14.333

poderão ser obstados, mormente quando o contribuinte não ataca a intempestividade ocorrida.

Pelo exposto, voto no sentido de não conhecer do recurso por não preencher o requisito essencial de admissibilidade, eis que apresentado foi além do prazo legal.

Sala das Sessões - DF, em 12 de novembro de 2004.

A handwritten signature in cursive script, appearing to read "Paula".  
LUIZ ANTONIO DE PAULA

A handwritten signature in cursive script, appearing to read "LAP".